

Dossiê

**Artigos do jornalista Karl Marx
sobre a crise de 1857-1858**

Apresentação do dossiê

Marx e Engels: crise econômica e revolução social (1844-1857)

Paulo Barsotti*

*Estou trabalhando loucamente noites inteiras
numa síntese de meus estudos econômicos de modo que,
antes do dilúvio, pelo menos terei um esboço claro.*
(Karl Marx *apud* MacLellan, 1990: 310)

Os textos de Marx que compõem este dossiê de *Lutas Sociais*, inéditos no Brasil, tratam da primeira mundial capitalista de 1857-1858. Eles foram originalmente publicados no *New York Daily Tribune* (NYDT) e selecionados de *Karl Marx and Frederick Engels: Collected Works* - Volume 15 - 1856-1858, Lawrence & Wishart, 1985. Para melhor entendimento do leitor, acreditamos ser necessária uma contextualização histórica da obra e da vida de Marx e, também da contribuição de Engels, sobre o fenômeno das crises.

As crises comerciais capitalistas foram muito cedo vistas por Marx e Engels como um dos elementos orgânicos do sistema do livre-comércio, que demonstravam o seu caráter antagonico e anárquico, a despeito de tudo que proclamavam os economistas burgueses quanto ao equilíbrio e sustentabilidade da produção capitalista. Ao mesmo tempo, consideravam que elas funcionavam imediatamente como alavancas poderosas das revoluções políticas e sociais.

Na realidade, quem primeiro observou e chamou a atenção para o fenômeno das crises comerciais foi o jovem Engels no seu artigo *Esboço para a crítica da economia política*, publicado em janeiro de 1844, no primeiro e único número dos *Anais Franco-Alemães* (AFA), dirigido por Marx e Arnold Ruge. Neste ensaio, Engels submete à crítica histórica e dialética as categorias da economia política – a “ciência do enriquecimento” – que concebe o sistema do livre mercado e concorrência como natural, racional,

* Doutor em História Econômica pela USP, Professor da Fundação Getúlio Vargas-SP, pesquisador do NEILS e membro do Comitê de redação da revista *Novos Temas* do Instituto Caio Prado Jr. End. eletrônico: pdbarsotti@gmail.com

harmônico e eterno (Engels, 1981: 160). Longe destas afirmações, o que emerge da crítica engelsiana é o caráter insustentável e contraditório deste “sistema de logro legalizado” que já havia sido detectado pelos pioneiros do socialismo moderno na presença constante do fenômeno das crises comerciais de caráter geral.

Por este caminho, Engels traça os contornos embrionários de uma teoria das crises comerciais gerais como resultado da produção “inconsciente e irrefletida” do capital e da propriedade privada. Bem distante do pretendido equilíbrio da lei da oferta e da procura, fora sacralizada por Adam Smith, observa Engels:

O economista a todos apresenta a sua maravilhosa lei da oferta e da procura, demonstrando que “nada se pode produzir em demasia”, mas a prática responde a suas palavras com a realidade das crises comerciais, que reaparecem com a mesma regularidade que os cometas e que agora se reproduzem, a cada cinco ou sete anos. Estas crises vêm se produzindo a duas décadas com a mesma regularidade com que antes eclodiam as grandes epidemias e provocam mais miséria e consequências mais desastrosas que elas (*Ibid*).

O resultado das crises fica claro: aniquilam as forças produtivas e mercadorias e disseminam a pauperização entre os trabalhadores. As consequências desastrosas desta situação que abre para a revolução social são assim apresentadas:

enquanto continuarem a produzir como até aqui, de modo inconsciente e irrefletido, abandonada ao acaso, as crises subsistirão, cada uma delas será necessariamente mais universal e, portanto, mais devastadoras que as anteriores, jogará a miséria um maior número de pequenos capitalistas e fará crescer em proporções cada maior a classe de quem só vive de seu trabalho; isto é, fará aumentar em grandes proporções a massa de trabalho a que tem que dar ocupação, que é o problema fundamental de nossos economistas, até provocar finalmente a revolução social que a sabedoria escolar dos economistas é incapaz de sequer sonhar (*Ibid*: 175)

Pode-se notar neste processo o caráter destrutivo e centralizador da produção capitalista e a natureza destas crises cíclicas como de superprodução de mercadorias. O que vem à tona não é a harmonia imaginada pelos economistas burgueses, mas sim, o seu reverso: desequilíbrio e a insustentabilidade desta “produção inconsciente” prisioneira da lógica do capital. E, é neste quadro caótico que se coloca a necessidade de uma nova reorganização da sociedade e o advento da revolução social.

Engels chama atenção à necessidade da crítica ao estado para o exame adequado da ciência econômica burguesa, posição que assinala o seu rompimento com a defesa do estado autônomo e racional, comum aos neohegelianos, seus companheiros de viagem no início da década de 1840. Tratava-se de estabelecer a devida relação entre economia e estado, direção que, por outros caminhos, Marx havia alcançado como demonstra o seu texto publicado nos *AFA Para a crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução*.

O impacto causado em Marx por este “genial esboço de uma crítica das categorias econômicas”, como se refere no seu *Prefácio à Contribuição para a crítica da economia política de 1859*, é bem conhecido. A partir dele, as relações frias e distantes dos tempos da *Gazeta Renana* dão lugar a uma afinada convergência de ideias e ao início de uma colaboração e amizade inigualável. Marx, em várias oportunidades, insistiu sobre a validade das teses ali delineadas: em 1862, quanto ao que é dito contra a teoria da renda de Ricardo e, em 1868, utiliza os argumentos do texto sobre a relação entre a formação da sociedade e a formação do valor (Mayer, 1979: 188).

O julgamento que Engels faz de seu “genial esboço” é bem mais severo do que o do amigo. Na carta que escreve a Wilhelm Liebknecht em 1871, diz que o texto fora escrito de forma hegeliana, que estava antiquado, cheio de inexactidões e que apenas guardava valor histórico. Apesar de tudo, é inegável o mérito de ter sido a primeira crítica materialista e dialética à economia política. E é verdade, que sob o impacto de sua leitura, Marx inicia a primeira etapa dos trabalhos dedicados à economia com os seus *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*.

Ainda em 1844, Engels discute com Marx o seu extenso material recolhido em Manchester durante 1842 e 1843 sobre as condições de vida do proletariado inglês no centro da indústria têxtil inglesa. Neste período, entra em contato com lideranças do movimento cartista que ainda vivia o seu momento de crescimento, o que não deixa de provocar em Engels entusiasmo e aposta na proximidade da revolução.

O resultado desta pesquisa aparece em 1845 com a publicação de *A situação da classe operária na Inglaterra*, obra mais significativa de sua juventude. Aqui, acentua as ideias contidas no “genial esboço” com base nos dados da economia inglesa de 1825 a 1842: as grandes crises industriais são de superprodução, ocorrem em ciclos de cinco anos e cada nova crise será sempre “mais violenta e espantosa” colocando em pauta a “iminência da revolução social”. No *Prólogo à edição alemã de 1892*, irá debitar esta e outras “muitas profecias” ao “ardor juvenil” daqueles anos e reconhece que “a história da indústria de 1842 a 1868” demonstrou que os “períodos cíclicos duram na realidade dez anos” e que “as crises intermediárias tinham um caráter puramente secundário e que a partir de 1842, tendiam a desaparecer” (Engels, 1981: 537).

O tema voltaria a ser tratado por Marx e Engels em 1847, agora como membros da recém fundada *Liga dos Comunistas* (LC) e com a missão atribuída pelo segundo congresso de elaborarem o seu manifesto. A intenção do documento era expressar a nova orientação da organização, depois da depuração do antigo caráter de seita conspirativa de sua antecessora, a Liga dos Justos. Engels elabora inicialmente, *Princípios do Comunismo*, escrito na forma de catecismo usual na época, onde a crise e seus desdobramentos são tratados nas perguntas e nas respostas 12 e 13. Aí, destaca como positividade da revolução realizada pela grande indústria a introdução da maquinaria que possibilitou o “aumento ao infinito” da produção, com maior rapidez e menos custo. Todavia, adverte que “graças à livre concorrência” ela adquiriu um

“caráter extremamente violento”. Isto é, lançou uma “multidão de capitalistas sobre a indústria” e em pouco tempo “produziu-se mais do que se podia consumir” (Engels, 1993: 110). É neste quadro que se instalam as crises comerciais, momento em que as fábricas param, a falência campeia, os operários ficam sem emprego e aparece “por toda parte uma miséria espantosa”. Decorrido algum tempo a economia se estabiliza, as fábricas voltam a produzir, os salários sobem e “pouco a pouco os negócios voltam a prosperar” (*Ibid*). Porém, em seguida o ciclo se repete: volta-se a produzir mercadorias em excesso e da mesma forma que no período anterior advém nova crise.

A primeira consequência destas crises cíclicas é que colocam em xeque a livre concorrência gerada pela própria grande indústria. O que num primeiro momento fora condição necessária para o desenvolvimento da grande indústria, agora se torna um obstáculo: “o exercício da produção industrial por parte de indivíduos singulares converteram-se num entrave que a grande indústria terá que romper e romperá” (*Ibid*). Limitada pela livre concorrência, a grande indústria só poderá subsistir estabelecendo uma nova crise que coloca em risco toda a sociedade. Engels coloca o dilema e sua solução:

ou se deve renunciar por completo a grande indústria, o que é absolutamente impossível, ou a grande indústria torna absolutamente necessário uma organização totalmente nova da sociedade, na qual a produção industrial não seja mais dirigida por fabricantes singulares concorrentes entre si, mas por toda a sociedade, segundo um plano determinado e segundo as necessidades de todos (*idem*, p.110-111).

Se enquadrada no reino do capital, a grande indústria é geradora de “todas as misérias e todas as crises comerciais”, em condições de controle social e planejamento global racional, é ela que encerra a possibilidade de estender a “produção ao infinito”, que poderá suprir todas as necessidades humanas. Assim, pela primeira vez na história da humanidade, “cada membro da sociedade” estará “em condições de desenvolver e exercitar com absoluta liberdade todas as suas energias e aptidões” (*idem*, 111). O ideal de emancipação humana – a aspiração humana de eliminar a sua subordinação às forças naturais e erradicar todos os males sociais – acalentado ao longo da história pelos primeiros socialistas e comunistas, deixa, com o desenvolvimento das forças produtivas, de ser um sonho irrealizável e torna-se uma possibilidade objetiva.

A nova ordem que abole a propriedade privada é apresentada como resultado da revolução social que tem no proletariado o seu principal protagonista. Quanto aos caminhos da revolução, se pacíficos ou não, Engels apresentando o novo espírito da LC inicialmente, responde assim:

Os comunistas sabem muito bem que todas as conspirações são não apenas inúteis, mas até mesmo prejudiciais. Sabem muito bem que as revoluções não se fazem deliberadamente ou por vontade, mas é sempre e em todos os lugares a consequência necessária de circunstâncias absolutamente independentes da vontade e da direção de partidos singulares e mesmo de classes inteiras (Engels, 1993: 113).

Porém, reconhece que em todos “países civilizados” o proletariado está submetido à violência de suas condições de vida e que isso nada mais faz que do que preparar e provocar a revolução. Por isso, conclui Engels, se o proletariado for forçado à revolução, “nós os comunistas, defenderemos a causa do proletariado com a ação, do mesmo modo como agora a defendemos com a palavra” (*Ibid*).

Ao mesmo tempo nega a possibilidade da realização da revolução em um só país, afirma o seu caráter internacional e simultaneidade na medida em que a grande indústria “ao criar o mercado mundial, uniu todos os povos da terra” (*Ibid*). Assim, a revolução:

Irá se desenvolver mais rapidamente ou mais lentamente em cada um desses países, de acordo com o maior ou menor desenvolvimento da indústria (...). Terá grande repercussão sobre os outros países, transformará completamente e acelerará extraordinariamente o modo de desenvolvimento por eles seguido até aqui. Será uma revolução universal e terá por isso um terreno universal. (*Ibid*)

De posse deste texto, Marx de Bruxelas redige em novo formato o *Manifesto do Partido Comunista*. Num dos documentos políticos de rara força, clareza e beleza narrativa, Marx apresenta deste modo o desenvolvimento das crises comerciais:

Há mais de uma década a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que são a condição de existência da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, com seu periódico retorno, põem em questão e ameaçam cada vez mais a existência de toda a sociedade burguesa. Nas crises comerciais é destruída regularmente uma grande parte não só dos produtos fabricados, como também das forças produtivas já criadas. Nestas crises, irrompe uma epidemia social que em épocas precedentes teria parecido absurdo – a epidemia da superprodução. (Marx, 1993:71)

Com isto, de súbito, instala-se um “estado de barbárie momentânea”, de “miséria (*eine Hungersnot*) ou de guerra geral de extermínio”, que parece ter aniquilado todos os meios de subsistência, o comércio e a indústria da sociedade. Por trás desta aparência, Marx demonstra que a razão deste canibalismo generalizado é o resultado do próprio desenvolvimento da sociedade burguesa que produziu e possui “demasiados meios de subsistência, demasiado comércio”. E que suas forças produtivas com seu poder avassalador, longe de promoverem a civilização burguesa e suas relações de propriedade, as colocam em risco por que estas se tornaram “estreitas demais para conter a riqueza por elas mesmas criadas” (*Ibid*: 72). A forma encontrada pela burguesia para vencer a crise é reapresentada:

De um lado, através da destruição forçada de uma massa de forças produtivas; e de outro, através da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa dos antigos. De que modo, portanto? Mediante a preparação de crises mais gerais e mais violentas e a diminuição dos meios para evitá-las (*Id*:72).

A grande indústria e a livre concorrência, que foram “as armas” utilizadas pela burguesia para derrotar o corporativismo feudal, agora “voltam-se contra a própria burguesia”. E, ainda acrescenta Marx que a burguesia não criou somente as armas que a destruirá, “produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os proletários” (*Ibid*).

Não há possibilidade de uma revolução social sem crise econômica e ela surge da contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção que não mais comporta esta situação. Esta é a síntese que Marx apresenta no *Prólogo à Contribuição a crítica a Economia Política* (1859) como o *resultado geral* de suas pesquisas a que, por outro caminho, Engels havia chegado.

A onda revolucionária de 1848-1849

Com este *filio condutor* Marx e Engels irão enfrentar as revoluções de 1848-1849. Este era um evento anunciado no turbulento quadro que a Europa vive a partir da insurreição na Polônia de 1846, esmagada pelas tropas da Santa Aliança. Em 1847, eclode a guerra civil da Confederação Helvética vencida pelos cantões democráticos, a vitória eleitoral dos liberais belgas, o movimento de libertação nacional italiano toma conta do país e as manifestações por reformas políticas eleitorais na Alemanha e França são frequentes.

O fato é que as questões democráticas e nacionais das revoluções burguesas sufocadas pela reação absolutista tornam-se intensas por toda a Europa. Não era por acaso que o *espectro do comunismo* rondava o continente e não só Marx e Engels pressagiavam a revolução. Em 28 de janeiro de 1848 – mal havia secada a tinta da impressão do *Manifesto* – do alto da tribuna do parlamento francês, Aléxis de Tocqueville, inflamado alertava a todos:

Nós dormimos sobre um vulcão (...). Os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez? Sopra os ventos das revoluções, a tempestade está no horizonte (*Apud* Hobsbawm, 1977: 49).

A *Primavera dos Povos* abre o *seu primeiro ato* em janeiro de 1848 na Itália e Irlanda, ganha vigor em fevereiro com a revolução na França, atinge em março a Alemanha e dezenas de estados europeus. Era o início do *batismo de fogo e sangue* do incipiente proletariado europeu na vida política.

Em Bruxelas, as notícias da revolução parisiense, são recebidas num primeiro momento com cautela pelo monarca belga que depois passa à ofensiva reprimindo as manifestações de apoio no país. Um decreto é publicado com uma lista para deportação de estrangeiros que participavam das manifestações. Encabeçava a lista o nome de Marx, suspeito de financiar um movimento revolucionário destinado a sustentação da jovem república francesa. Marx tinha vinte e quatro horas para sair da Bélgica. No entanto, se uma porta se fechou, outra foi reaberta. No mesmo dia,

recebe mensagem de Ferdinand Flocon, membro do governo provisório francês, que cancelava sua expulsão da França de 1845 e oferecia abrigo para Marx e sua família.

Diante destes fatos, o Comitê Central da LC, decide transferir-se de Londres para Paris e conceder a Marx carta branca sobre os seus assuntos. Sua estada é breve e as primeiras divergências com os membros da LC logo aparecem. No calor revolucionário, vários de seus membros retomam as concepções aventureiras e formam a *Legião Revolucionária* para atacar os estados fronteiriços alemães. Em vão Marx, que considerava o momento apenas o *prelúdio da revolução proletária*, tenta dissuadi-los e o choque foi inevitável. Na realidade, a LC recém formada e pouco articulada não tivera tempo para assimilar as ideias contidas no *Manifesto*, principalmente o programa e papel do proletariado numa revolução democrático-burguesa que, para Marx e Engels, era o que estava em curso. O resultado é que a LC desde Paris se dispersa e jamais conseguiu uma ação coordenada em todo o processo revolucionário.

De volta à Alemanha, Marx leva na bagagem um programa político, *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha*, e um projeto de criação de um jornal que seria o seu instrumento de ação. Em junho, Marx, Engels e outros membros da LC criam em Colônia o diário *Nova Gazeta Renana – um órgão da democracia* (NGR). Nas suas páginas estampam um programa de ação proletária na revolução democrático-burguesa e a defesa de uma república una e indivisível, não como *fim*, mas como *meio* e momento de se atingir a revolução radical.

A NGR, a despeito de seu subtítulo, não tinha o objetivo limitado de uma oposição parlamentar qualquer, mas pretendia sim ser um veículo destinado a impulsionar o movimento revolucionário naquelas circunstâncias e para além delas.

A mesma rapidez apresentada pela revolução em fevereiro é reproduzida pela contra-revolução. Em abril, o movimento é reprimido; na França, o proletariado parisiense é massacrado nas jornadas de junho; em agosto, as tropas austríacas ocupam Milão e, em novembro, Viena. Na Alemanha, Frederico Guilherme IV, em dezembro, dissolve a Assembleia e proclama unilateralmente a Constituição e a burguesia alemã caminha para a conciliação final do regime arcaico.

Marx analisa o momento nos artigos denominados *A burguesia e a contra-revolução*. O primeiro artigo explicita a posição do jornal: “Jamais escondemos. Nosso terreno não é o *terreno do direito* (*Rechtsboden*), é o *terreno revolucionário*” (Marx, 1993: 44). Diante da incapacidade da burguesia alemã de realizar uma “*revolução puramente burguesa*”, esgota-se a aposta inicial feita pela NGR. As alternativas da realidade são limitadas: ou a “*contra-revolução feudal e absolutista ou uma revolução social republicana*” (*id.*: 90). O futuro da Alemanha estava depositado numa revolução social-republicana que dependia mais de fatores externos do que internos e, com isto, o proletariado teria que caminhar por suas próprias pernas.

Em primeiro de janeiro de 1849, Marx publica um balanço da marcha da contra-revolução. Não só o proletariado e os movimentos de libertação nacional foram derrotados, mas também as classes médias de todos os países onde “transitoriamente estiveram unidas ao povo”, e assim se encerrava o *primeiro ato* da revolução. (Marx e Engels, 1981: 225). O alvo agora era a burguesia e não mais as velhas classes dominantes. O objetivo da nova revolução era *emancipação da classe operária*, que com o fracasso do cartismo, tinha as suas esperanças voltadas para o novo canto do galo gaulês encarnado no proletariado parisiense. A Inglaterra burguesa, por seu turno, é considerada o principal obstáculo à revolução proletária. Este é o país que “domina o mercado mundial” e converte “nações inteiras em seus trabalhadores assalariados”. A libertação da Europa dependia da derrota da burguesia inglesa o que só seria possível por uma “*guerra mundial*” (id: 225-226). Finalmente, termina o artigo com a palavra de ordem programática para 1849: “*Insurreição revolucionária da classe operária francesa e guerra mundial*” (ib: 227).

Em fevereiro, a NGR é processada acusada de calúnia contra a burocracia estatal e incitação à revolução. Ainda que seja absolvida, Marx, em 16 de maio 1849, recebe notificação de sua expulsão por ter “vergonhosamente violado o direito de hospitalidade” (*Apud* Rubel, 1991: 40). Dois dias depois, a NGR, publica em seu último número a confiança de um breve retorno da revolução e, assim se despedia: “Sua última palavra será sempre a mesma em qualquer lugar: a emancipação da classe operária” (Marx e Engels, 1981: 296).

Com o fechamento da NGR, Marx e Engels se dirigem para o centro da insurreição no sudoeste alemão. Engels se alista como artilheiro nos exércitos de Willich, desmentindo a lenda, como escreve Jenny Marx em 25 de julho de 1849, de que “os senhores da *Nova Gazeta Renana* eram muito covardes para lutar” (*Ibid*: 122). Marx expulso e com sua cidadania alemã cassada, primeiro se dirige à Paris, de onde também é expulso e em seguida vai a Londres, seu exílio definitivo.

A lição da Nova Gazeta Renana – Revista

Marx chega à cidade em agosto de 1849 e se dedica ao reagrupamento da LC, se incorpora ao do comitê de ajuda aos refugiados alemães, e prepara a criação da *Nova Gazeta Renana – Revista Político-Econômica*, (NGR-R).

Durante o ano de 1850, todos os projetos fracassam. Na LC, havia a concordância geral da proximidade de um novo surto revolucionário e a ação se concentra na criação de uma organização política autônoma do proletariado. Este espírito aparece nos primeiros artigos da NGR-R (janeiro-fevereiro e março-abril), e na *Circular do Comitê Central de março de 1850*. As divergências na LC voltam a aparecer na primavera de 1850, como resultado das investigações de Marx e Engels sobre o processo revolucionário recente.

De acordo com o objetivo definido na NGR-R, o momento era de “esclarecer a etapa transcorrida da revolução, o caráter dos partidos em luta e as relações sociais que condicionam a existência e a luta dos partidos” (*Apud* Claudin, 1985: 228). E colocava a necessidade de “investigar de modo detalhado e científico as relações econômicas que constituem a base de todo o movimento político” (*id.*). Tratava-se de realizar um balanço autocrítico da experiência política vivida para extrair as suas consequências teóricas e práticas.

Após o exame dos últimos dez anos da economia européia, identificam nas crises agrícolas de 1845-1846 e na crise comercial e industrial de 1847 as causas da revolução. Da mesma forma, a recuperação econômica de 1848 permitiu a vitória da contra-revolução. O diagnóstico do futuro que rompia com a perspectiva iminente do *segundo ato* surge no último número da NGR-R: “Não é possível uma nova revolução senão em consequência de uma nova crise. Mas esta é tão certa quanto aquela.” (*Id.* 189).

Com este balanço, Marx e Engels, agregam um novo aprendizado: se os períodos de crise são estufas para a revolução, os períodos de desenvolvimento econômico sufocam as revoluções e preparam o terreno da contra-revolução. A partir daí, toda a atenção se volta à captura dos sinais de uma nova crise que abriria espaço para a revolução social.

Esta nova posição de Marx e Engels soou como heresia para membros da LC, e o choque inevitável provocaria a sua lenta dissolução, que se completou em 1852.

Em 1851, Marx vive um dos piores momentos de sua vida. Fracassado os seus projetos se encontra isolado politicamente, sem Engels que se transferira para Manchester, vivendo o seu drama conjugal e suas péssimas condições econômicas completam o quadro dramático. O desespero é tal que se candidata a um emprego de escriturário nas ferrovias inglesas, mas é reprovado pela letra ruim. Contudo, nada interrompe seus estudos de economia reiniciados logo que chega a Londres.

A única notícia positiva é o convite de Charles Dana, em agosto de 1851, para se tornar correspondente internacional do jornal norte-americano *New York Daily Tribune* (NYDT)¹. Nesta atividade, Karl Marx e Engels – seu *ghost writer* – revelam todo o seu conhecimento sobre história, economia, filosofia, literatura, política e ciência militar. Seus artigos de nível e estilo apurados se distinguíam do jornalismo superficial praticado na época. Suas fontes eram as figuras do movimento democrático e operário de Londres, os contatos de Engels no circuito econômico de Manchester, e o resultado das visitas de Marx ao Parlamento inglês e das suas pesquisas no Museu Britânico.

A despeito das manifestações negativas do trabalho jornalístico, esta atividade foi durante muito tempo a única fonte de sobrevivência de Marx. Também foi durante uma década o único espaço que dispunha para tornar públicas suas posições e os

¹ Sobre o assunto, consultar Barsotti (2005).

resultados de suas investigações. O objetivo era realizar a batalha das ideias e demarcar a posição do proletariado e da “sexta potência”, a revolução social.

De postos de observação privilegiados do cenário mundial, Marx e Engels, mantinham-se atualizados sobre todos os acontecimentos no momento em que o capitalismo realiza o seu primeiro processo de mundialização.

Como vimos, a partir das conclusões da NGR-R, toda a atenção se volta na identificação dos sinais econômicos e políticos que provocaria o colapso geral da ordem capitalista e, é este o espírito que envolve os artigos escritos para o NYDT.

Quando recebe o convite do NYDT, Marx ainda não domina o idioma inglês e diante da necessidade, recorre a Engels para que escreva uma série de artigos sobre a Alemanha². A sua estreia se dará em agosto de 1852, em artigos que tratam do sistema político inglês. Aí, examina o caráter autocrático da dominação burguesa inglesa desmascarando a farsa democrática de seus partidos – os *Tories* e os *Whigs* – que aparecem como forças antagônicas, mas na realidade apenas se alternam no poder. Ao mesmo tempo, Marx dedica sua atenção à luta da classe operária inglesa, em especial ao movimento cartista. Nestes trabalhos avalia a possibilidade da conquista pacífica do poder político pelos trabalhadores ingleses, visto que neste país não há uma máquina militar como na França e, onde o proletariado compunha a maioria da população. Considera a conquista do voto universal como essencial à transformação do sistema parlamentar e democratização da estrutura política inglesa.

Em 1853, Marx se concentra na crítica à Economia Política, que pintava o período pós-1848, pleno de estabilidade, bem estar e prosperidade econômica. Esta apologia do sistema de livre comércio era a demonstração cabal que ela perdera qualquer tipo de compromisso científico e sentido de realidade. Utilizando os argumentos do “esboço genial” de Engels, desvenda o segredo da economia burguesa que:

consiste simplesmente em transformar relações transitórias, pertencentes a uma determinada etapa histórica e correspondendo a um certo estágio da produção material em leis eternas, gerais, não variáveis, leis naturais como eles chamam (*Apud* Barsotti, 2005: 134).

Contra a falácia do discurso de um desenvolvimento econômico sem crises, Marx com os dados da indústria e do comércio inglês de 1853, demonstra que a fase de crescimento já perdia sua força. Enfatiza o peso da indústria inglesa e os reflexos de suas crises periódicas sobre o mercado e economia mundial concluindo que a realidade, anunciava um novo ciclo de crise econômica.

Entusiasmado se debruça e acelera suas pesquisas. Preenche um caderno de notas grifado *Dinheiro, crédito e crises*, que utilizaria nos seus *Manuscritos econômicos de 1857-1858* e no do primeiro volume do *O capital*. Paralelamente, recolhe informações do *The Economist* e de suas visitas ao Parlamento Britânico sobre o estado da indústria e

² Ver Barsotti (2005).

o comércio inglês. Os artigos de 1854-1855, sobre a Inglaterra parecem demonstrar com nitidez a manifestação das leis gerais do desenvolvimento capitalista e de sua crise: especulação na bolsa de valores, indícios de superprodução, paralisia geral no comércio e indústria, suspensão de pagamentos, falências etc. Analisando o estado do comércio inglês em janeiro de 1855, aposta no seu colapso que poderia se estender a todo planeta:

a crise pode ser investigada pela mesma fonte – o trabalho desastroso do sistema industrial inglês que conduz a superprodução na Grã Bretanha, conduz também a superespeculação em todos os outros países. (Marx, 1980: 588)

O quadro político internacional reforça esta aposta. Desde o início de 1853, eclode a *questão oriental*, o conflito entre a Rússia e a Turquia em relação ao domínio de Bósforo e Dardanelos. O controle destes estreitos – importante via de acesso ao Oriente Médio – era domínio turco desde o Tratado de Londres (1841). Passada a onda revolucionária de 1848-1849, a Rússia considerou oportuno “anexar uma parte do Império turco-Otomano como recompensa pelo seu empenho na restauração da *ordem*” (Barsotti, 2005: 136). O conflito evolui com a participação da oligárquica Inglaterra e da França bonapartista em apoio ao sultão turco contra o czar russo. Desde 1848, para Marx e Engels o czarismo era o principal baluarte da reação absolutista na Europa, e seu colapso uma pré-condição para o sucesso dos movimentos de libertação nacional e a vitória da revolução proletária na Inglaterra e França. Nos artigos que escrevem – Marx sobre política internacional e Engels sobre as questões militares – apontam para a “farsa” da guerra, onde os beligerantes, e mesmo os “neutros” como Prússia e Áustria, a todo instante tomam medidas para manter a ordem contra-revolucionária. Revelam que o objetivo inglês e francês não era a destruição da Rússia, mas o seu enfraquecimento no Oriente Próximo e nos Bálcãs, procurando conservá-la como guardião da *status quo* europeu. Quanto à Turquia, tratava-se de mantê-la sob a dependência da política colonialista das potências ocidentais.

O fim da Guerra da Crimeia terminou com a derrota russa, a transformação da França em primeira potência militar europeia, abriu caminho para os negócios ingleses na Ásia Meridional e, selou o destino do Império Turco-Otomano. Para Marx, estes resultados não trouxeram nenhuma contrapartida para as massas populares e nem alterou o quadro europeu. A revolução não aconteceu e o resultado da guerra deu fôlego à economia inglesa e à política interna de Napoleão III.

No início de 1856, os sintomas de uma crise financeira voltam a aparecer e Marx dedica atenção especial à França, onde a febre especulativa é mais forte. O foco é a política econômica bonapartista e seu principal sustentáculo: a “política financeira tipificada pelo *Crédit Mobilier*” (Barsotti, 2005: 139). Numa série de artigos que escreve no NYDT – publicados no presente dossiê de *Lutas Sociais* – analisa a modernização do sistema financeiro francês e o desenvolvimento deste banco por ações. O *Crédit*

Mobilier com sua especulação desenfreada – exportada para toda a Europa – e seu mecanismo de captação da poupança dos pequenos investidores na bolsa, provocou uma centralização de capital, e com seus investimentos em ferrovias e obras públicas modernizou a França. Aos olhos de Marx, esta articulação das sociedades anônimas com a atividade industrial abre uma “nova era da vida econômica das nações modernas” (*Apud* Rubel, 1960: 35).

Em julho de 1857, não são mais sinais ou sintomas que são captados por Marx que, em carta a Engels, afirma:

A revolução se aproxima, como demonstra a marcha do *Crédit Mobilier* e as finanças de Bonaparte em geral(...) O capitalismo terá muito mais dificuldades de se restabelecer que há dez anos atrás, pois no campo socialista, muitas ilusões desapareceram, o que permitirá uma ação mais clara e enérgica (*Apud* Attali, 2007: 190).

A tão esperada crise arrebenta como primeira crise mundial do capitalismo. Derivada da especulação e da bolha das ações das empresas ferroviárias e da insuficiência da produção mundial de ouro explode na bolsa de New York. Rapidamente alcança as bolsas na Europa e, atingindo o coração da produção industrial capitalista na Inglaterra, transforma-se em crise de superprodução. A história confirmava a teoria das crises e dos ciclos de desenvolvimento da produção capitalista e tudo levava a crer que este era o prelúdio da queda do capitalismo e o anúncio da revolução social.

A partir de setembro, Marx passa a enviar ao NYDT artigos sobre a crise – selecionados e incluídos neste dossiê de *Lutas Sociais* – que fornecem uma visão de conjunto, ainda que, nos limites de uma análise imediata e carregados de ansiedade e esperança. Neles demonstra que a crise não era um mero acaso ou fenômeno isolado como queriam os economistas burgueses. Ela era o resultado inevitável do fim do ciclo de prosperidade iniciado 1848 e fruto inerente às contradições do sistema anárquico do livre-mercado. Refutava, mais uma vez, o entendimento dos economistas burgueses que atribuíam à crise causas secundárias, como as ondas de especulação e emissão excessiva da moeda que provocava o aumento dos preços. Ironicamente, Marx aponta a superficialidade analítica destes senhores como um médico que considera “a febre como causa da doença” (Marx 1986: 401). Fugindo da aparência dos fatos, Marx detecta o movimento do capital fictício e especulativo, as relações entre o estado e a aristocracia financeira, e não deixa de denunciar a principal consequência da crise mundial: a pauperização da classe trabalhadora.

Esta situação apressa Marx a concluir a sua economia “antes do dilúvio” e manifesta preocupação com o seu atraso que poderia chegar num momento em que seu trabalho não fizesse mais sentido. Ao mesmo tempo, reúne material para elaborar com Engels um folheto sobre a história da crise como forma de intervenção no movimento operário que jamais foi concluído. Em carta a Engels de dezembro

de 1857, após constatar a expansão da crise para a Alemanha do Norte, manifesta preocupação com a atitude do proletariado alemão:

A calamidade começa a afetar também o proletariado. Até agora se observam poucas manifestações revolucionárias: o extenso período de prosperidade teve um efeito terrivelmente desmoralizador. Os desocupados seguem vagando pelas ruas e pedindo esmolas. O número de roubos e mortes aumenta, mas não muito (*Apud* Lênin, 1976: 53).

Uma década de prosperidade e repressão ao movimento operário cobrou o seu preço: o proletariado não encontrou forças para reagir diante da crise não só na Alemanha como em toda Europa. No início de 1858 a economia capitalista dava sinais de recuperação, a revolução social não havia comparecido ao encontro e, no final do ano, a crise cedia a um novo ciclo de desenvolvimento.

Conclusão

Se a crise mundial de 1857-1858 confirmou a teoria do desenvolvimento da produção capitalista de Marx e Engels, a sua alternância em ciclos de prosperidade e de crise – independente da sua ocorrência de cinco, sete, ou dez anos – a expectativa de que ela desencadeasse uma onda revolucionária *imediata* não se verificou. Os anos de contra-revolução burguesa e de prosperidade econômica pesaram na formação da consciência e na organização operária. Havia uma situação objetiva de crise, mas a ausência de condições subjetivas bloqueou qualquer onda revolucionária.

Porém, os efeitos da crise persistiram. Na década de 1860 o movimento operário e os movimentos de libertação nacional retornam à cena política. Os trabalhadores europeus e norte-americanos se reorganizam e, em 1864, é criada a Associação Internacional dos Trabalhadores. Os movimentos democráticos de libertação nacional retomam a luta contra o Império austríaco e pela unificação na Alemanha e da Itália. Ao final da década, a disputa pela hegemonia na Europa entre o bonapartismo francês e o alemão levará à breve Comuna de Paris de 1871, que encerra uma etapa histórica e inaugura um novo patamar da luta dos trabalhadores.

Quanto a Marx e Engels, com o desfecho de 1857-1858, reconsideraram a ideia de crise final do capitalismo reconhecendo o poder de reciclagem do capital e as dificuldades das revoluções sociais diante desta dinâmica. Em dezembro de 1858, Marx em carta a Engels, rendendo-se aos fatos, indaga sobre os destinos e as condições de sucesso da revolução socialista, o que no momento, para nós, parece oportuno:

Diante da virada otimista que o comércio mundial assume atualmente (...), é pelo menos um consolo que a revolução tenha começado na Rússia, pois considero como tal a convocação dos *notáveis* a Petersburgo (...). A tarefa propriamente dita da sociedade burguesa é a criação do mercado mundial,

pelo menos em seus grandes traços, e de uma produção baseada nele. Dado que a terra é redonda, essa tarefa parece haver terminado com a colonização da Califórnia e da Austrália e a abertura da China e do Japão. Para nós, a questão difícil é a seguinte: a revolução no continente é iminente e tomará imediatamente caráter socialista; não será ela necessariamente esmagada nesse pequeno espaço, visto que em terreno muito mais vasto o movimento da sociedade burguesa ainda é ascendente? (Marx, 1976: 254)

Finalmente, como frutos gestados na primeira crise mundial do capitalismo e herança dos trabalhadores, Marx publica em 1859, *Para a crítica da Economia Política* e, dez anos depois do início da crise, vinha à tona, em 1867, o livro I de *O capital*. Ironias da história.

Bibliografia

- BARSOTTI, P. (2005). O jornalista Karl Marx e o II Império nas páginas do *New York Daily Tribune*. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 13/14. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_barsotti.pdf>.
- ENGELS, F. (1993). Princípios do Comunismo. In: ENGELS, F. E MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Editora Vozes.
- _____. (1981). Esbozo de crítica de la Economía política. In: *Escritos de juventud de Federico Engels*. México: Fondo de Cultura Económica.
- _____. (1981). Prólogo a la edición alemana de 1892. In: *Escritos de juventud de Federico Engels*. México: Fondo de Cultura Económica.
- _____. (1976). Marx e a Nova Gazeta Renana. In: MARX & ENGELS. *Textos II* São Paulo: Edições Sociais.
- _____. (1976). Introdução à Luta de classes na França de 1848-1849. In: MARX & ENGELS. *Textos III*. São Paulo: Edições Sociais.
- FEDOSSEIV, P. N. *et al.* (1983). *Karl Marx – biografia*. Lisboa: Edições Avante/Progresso.
- LÊNIN, V. I. (1976). *Acotaciones a la correspondência entre Marx e Engels 1844-1883*. Barcelona: Ediciones Pueblos Unidos – Montevideo e Ediciones Grijalbo.
- McLELLAN, D. (1990). *Karl Marx – vida e pensamento*. Petrópolis: Vozes.
- MAYER, G. (1979). *Friedrich Engels: uma biografia*. México-Madrid-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- MARX, K. (2007). Carta a Engels de 11 de julho de 1857. In: ATTALI, J. *Karl Marx ou o espírito do mundo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.
- _____. (1993a). Manifesto do Partido Comunista. In: ENGELS, F. & MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Editora Vozes.

- _____. (1993b). *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio.
- _____. (1990). Carta a Engels de 8 de dezembro de 1857. In: MCLELLAN, D. *Karl Marx – vida e pensamento*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1981). El movimiento revolucionário. In: MARX & ENGELS. *Sobre la revolución de 1848-1849*. Moscou: Editorial Progreso.
- _____. (1980). The commercial crisis in Britain. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 13.
- _____. (1980). The trade crisis in England. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 15.
- _____. (1979). The war question – British population and trade returns – Doings of Parliament. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 12.
- _____. (1976). Carta a Engels de 17 de dezembro de 1857. In: LÊNIN, V. I. *Acotaciones a la correspondência entre Marx e Engels 1844-1883*. Barcelona: Ediciones Pueblos Unidos – Montevideo e Ediciones Grijalbo.
- MARX, K. e ENGELS, F. (1980). *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, vol. 13.
- MEHRING, F. (1943). *Carlos Marx: el fundador del socialismo científico – historia de su vida*. Buenos Aires: Editorial Claridad.
- HOBSBAWN, E. (1977). *A era da revolução 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RUBEL, M. (1991). *Crônica de Marx*. São Paulo: Ensaio.
- _____. (1960). *Karl marx devant le bonapartisme*. Paris: Paris-La Haye.